



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTO REALIZADO EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATAS



ATAS

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/6/2014

Às 10h10min, comparece na Sala das Comissões o deputado Anselmo José Domingos, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelo membro da comissão presente. A presidência informa que a reunião se destina a apresentação dos planos e projetos da concessão das Rodovias BRs 060, 153 e 262 - DF-GO-MG -pela Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A - Concebras. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Cláudio René Valadares Lobato, coordenador de Exploração de Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres - Unidade Regional de Minas Gerais; Odenir José Sanches, diretor-presidente da Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.- Triunfo-Concebra – Goiânia (GO); e Vereador Antônio Linhares Villaça, do Município de Pará de Minas, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2014.

Adalclever Lopes, presidente - Celinho do Sinttrocel - Gustavo Valadares.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/10/2014

Às 14h59min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Liza Prado e Maria Tereza Lara e o deputado Vanderlei Miranda (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da Liderança do MSC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Liza Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Vanderlei Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Rodrigo Fonseca dos Santos, solicitando celeridade na apreciação do Projeto de Lei nº 5.422/2014, de autoria do Deputado Dinis Pinheiro, que dá nova redação à alínea “a” do inciso I do art. 2º da Lei 13.465, de 12 de janeiro de 2000, que estabelece o conceito de pessoa portadora de deficiência para fins e concessão de benefício pelo Estado; Geraldo Ribeiro de Oliveira, que relata sua situação e solicita auxílio da comissão; e Ademir Gomes de Siqueira, que relata o aumento das dificuldades de acessibilidade na Estação do Move da Pampulha e solicita auxílio na resolução dos problemas. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Ana Lúcia Almeida Gazzola, secretária de Estado de Educação (4), (2 em 14/8/2014 e



os demais em 2 e 4/10/2014); Macaé Maria Evaristo dos Santos, secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (14/8/2014); Maria Coeli Simões Pires, secretária de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais (3), (21/8, 29/8 e 18/9/2014); Eliane Araque dos Santos, vice-procuradora-geral do Trabalho (4/9/2014); Kátia Cilene Goulart dos Santos, secretária municipal de Assistência Social (21/8/2014); Neide Alves de Lima, secretária municipal de Educação (21/8/2014); e dos Srs. José Luiz de Lima, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Fazenda (29/8/2014); Eduardo Bernis, secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (2), (11/9 e 18/10/2014); e Dirceu Brás Aparecido Barbano, diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (11/9/2014). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 5.223/2014, em turno único (deputado Cássio Soares) e 5.422/2014, no 1º turno (deputada Liza Prado). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.875/2011 (relatora: deputada Liza Prado) na forma do vencido no 1º turno; e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.872/2014 (relatora: deputada Liza Prado) na forma da Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 8.647/2014. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.802/2013 e 5.168/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos da deputada Liza Prado:

nº 10.684/2014, em que solicita sejam encaminhados à Associação de Cegos Louis Braille de Belo Horizonte, à Associação dos Deficientes Visuais de Belo Horizonte - Adevibel -, ao Instituto São Rafael, à Associação dos Deficientes Visuais de Uberlândia - Adeviudi -, à Apae de Uberlândia, à Universidade Federal de Uberlândia e à Associação dos Deficientes Visuais do Triângulo Mineiro - Adevitrim - exemplares em braile das obras *Deficiente visual: guia legal*, Lei Maria da Penha, *O navio negreiro*, *Vozes d'África*, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - e *Como se fazem as leis*;

nº 10.685/2014, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Turismo e Esportes pedido de providências com vistas à aquisição de equipamentos específicos para o treinamento de atletas com deficiência para o Centro de Treinamento Esportivo da UFMG;

nº 10.686/2014, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Turismo e Esportes pedido de providências para a instalação de vasos sanitários sem abertura frontal nos sanitários acessíveis do Centro de Treinamento Esportivo da UFMG;

nº 10.687/2014, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Turismo e Esportes pedido de informações sobre os requisitos de acessibilidade presentes no projeto do Centro de Treinamento Esportivo da UFMG;

nº 10.688/2014, em que solicita seja encaminhado à Câmara dos Deputados pedido de providências para a realização de estudos sobre a possibilidade de apresentação de projeto de lei determinando que o gasto com academia ou de profissional de educação física passe a ser dedutível do Imposto de Renda;

nº 10.689/2014, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o montante de recursos do Programa 008 - Avança Minas Olímpica - que foi efetivamente aplicado em ações de incentivo ao paradesporto no ano de 2014;

nº 10.690/2014, em que solicita seja realizada visita à Clínica Especial, situada em Belo Horizonte e coordenada pelo Sr. Pedro Américo de Souza Sobrinho, para conhecer o trabalho de reabilitação por meio da educação física lá desenvolvido;

nº 10.691/2014, em que solicita seja encaminhado ao reitor da Universidade Federal de Uberlândia pedido de providências solicitando a disponibilização de recursos e o apoio à ampliação do Núcleo de Habilitação e Reabilitação em Esportes Paralímpicos, conforme projeto apresentado pelo professor Cleudmar Amaral de Araújo na reunião conjunta desta comissão e da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude realizada em 23/9/2014, bem como lhe sejam enviadas as notas taquigráficas da referida reunião;

nº 10.692/2014, em que solicita seja encaminhado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - pedido de providências com vistas à elaboração de edital específico para a liberação de recursos para pesquisas voltadas ao desenvolvimento de tecnologias assistidas e outros equipamentos na área do esporte para a pessoa com deficiência;

nº 10.693/2014, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde e à Secretaria Municipal de Saúde de Juiz de Fora pedido de providências para que sejam disponibilizadas, em caráter de urgência, bolsas coletoras para pessoas ostomizadas na Região da Zona da Mata, especialmente em Juiz de Fora.

É aprovado relatório da visita realizada ao Centro de Treinamento Esportivo - CTE - da UFMG no dia 23/9/2014. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2014.

Liza Prado, presidente.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Local visitado: Centro de Treinamento Esportivo da UFMG, em Belo Horizonte

Apresentação

A requerimento da deputada Liza Prado, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência visitou, em 23/9/2014, o Centro de Treinamento Esportivo - CTE - da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Participaram da visita a deputada Liza Prado, o assessor de gabinete da deputada, Camilo Machado, o diretor do CTE e professor da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, Bruno Pena Couto, a fisioterapeuta do CTE e integrante do

Comitê Paralímpico Brasileiro, Andressa de Mello, o engenheiro responsável pelas obras do CTE, Nelson Rodrigues da Costa, e o presidente do Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Juiz de Fora, Harison Felipe Nassar.

Relato

A comissão efetuou a visita com o objetivo de acompanhar as condições de acessibilidade e o andamento das obras do CTE, bem como para conhecer as oportunidades oferecidas pelo centro para o treinamento de atletas com deficiência.

A visita fez parte da programação de eventos da comissão por ocasião do Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, celebrado no dia 21 de setembro. Outro evento da programação foi a audiência pública no dia da visita, com o objetivo de debater a situação do esporte paralímpico no Estado.

O CTE é um órgão complementar vinculado à Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG e fruto de parceria entre essa instituição e o Poder Executivo do Estado. O local tem por objetivo o estabelecimento de uma política integrada de desenvolvimento técnico-científico de atletas, treinadores e graduandos de diversos cursos, com a finalidade de buscar a excelência no treinamento dos atletas mineiros, com ou sem deficiência, desde a base até o alto rendimento.

Instalado em um terreno do Centro Esportivo Universitário, de aproximadamente 90 mil metros quadrados, na região da Pampulha, o CTE terá capacidade para receber 400 atletas por dia após sua conclusão, nas seguintes modalidades: atletismo, natação, polo aquático, nado sincronizado, handebol, vôlei, basquete, ginástica artística, ginástica rítmica, judô e taekwondo. Atualmente, segundo informações do diretor Bruno Pena, 323 atletas utilizam o CTE.

A obra foi planejada em quatro etapas. Na primeira fase, foi construída uma pista de atletismo, inaugurada em julho de 2012. Por sua qualidade, a pista recebeu certificação máxima pela Associação Internacional de Federações do Atletismo. A segunda etapa prevê a construção de um parque aquático para entrega em setembro de 2015. O custo das duas primeiras fases é de cerca de R\$60 milhões e será arcado pelo governo estadual.

Na terceira fase, será construído um pavilhão de esportes coletivos, com o custo de R\$ 26 milhões, financiado com recursos da UFMG e do Ministério do Esporte. Na quarta etapa, ainda sem previsão de recursos ou de entrega, será construído um alojamento com capacidade para 130 leitos (todos acessíveis).

De acordo com o engenheiro responsável, todas as instalações foram construídas de acordo com as especificações técnicas de acessibilidade. Contudo, para a utilização do espaço por pessoas com deficiência, o diretor informou que podem ser necessários equipamentos específicos conforme a modalidade e o tipo de deficiência do atleta. O diretor informou ainda que o local vai receber os para-atletas britânicos que competirão nos Jogos Paralímpicos de 2016, no Rio de Janeiro.

Cabe lembrar que a comissão apresentou em 2013 o Requerimento nº 6.400, que solicita informações ao Secretário de Turismo e Esportes acerca das condições de acessibilidade e do andamento das obras do CTE. O requerimento está pronto para a ordem do dia em Plenário.

Conclusão

A comissão conheceu as instalações já concluídas do CTE, como a pista de atletismo, e as obras de construção do parque aquático. A comissão também foi informada acerca do andamento das obras e verificou as condições de acessibilidade do espaço para o recebimento de atletas com deficiência.

Durante a visita, a deputada Liza Prado solicitou a elaboração de três requerimentos, todos direcionados à Secretaria de Estado de Turismo e Esportes: o primeiro solicitando informações sobre os requisitos de acessibilidade presentes no projeto do CTE; o segundo solicitando providências para a aquisição de equipamentos específicos para o treinamento dos atletas com deficiência; e o terceiro solicitando providências para a instalação de vasos sanitários sem abertura frontal nos banheiros acessíveis do CTE.

A construção de espaços como o CTE, voltados para o treinamento esportivo de alto rendimento e concebidos para proporcionar acessibilidade aos para-atletas, é um importante passo no desenvolvimento e na ampliação das oportunidades das pessoas com deficiência.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2014.

Liza Prado, presidente.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/11/2014

Às 14h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, Lafayette de Andrada, Ulysses Gomes, Gustavo Corrêa e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Ricardo Felix Santana, da Coordenação de Parcerias Estaduais do CNPq, publicado no *Diário do Legislativo* em 31/10/2014. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela ratificação, por meio de projetos de resolução, das exposições de motivos da concessão de regimes especiais de tributação em matéria de ICMS, encaminhadas pelas Mensagens nºs 690 a 692/2014; e dos Convênios ICMS no âmbito do Confaz nºs 62, 73, 78, 84, 88 e 89, encaminhados, respectivamente, pelas Mensagens nºs 689 e 696 a 700/2014; e pela aprovação, por meio de projetos de resolução, dos Ofícios nºs 17/2012, 25/2013 e 35/2014, do Tribunal de Contas, que encaminham as prestações de contas e os relatórios de atividades anuais referentes aos exercícios de 2012, 2013 e 2014, respectivamente; e pela aprovação do parecer do Projeto de Resolução nº 5.493/2014, desta comissão, que aprova as contas do governador do Estado relativas ao exercício de 2012 (relator: deputado Zé Maia), todos em turno único. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 19 de novembro de 2014.

Zé Maia, presidente - João Vítor Xavier - Romel Anízio - Ulysses Gomes.

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/11/2014

Às 9h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Duarte Bechir, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Agostinho Patrus Filho e Wander Borges. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Registra-se a presença do deputado Cabo Júlio. A seguir, o presidente comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Ilton Santiago Resende, agente penitenciário, solicitando ajuda desta Comissão, pois alega que vem sofrendo perseguição por parte do diretor do Presídio Doutor Nelson Pires, no Município de Oliveira, após presenciar condutas ilícitas e denunciá-las ao Ministério Público; Frederico Carneiro, vice-presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal de Contagem, convidando os membros desta comissão para audiência pública no dia 18/11/2014, às 14 horas, no Plenário da Câmara Municipal; da Prefeitura Municipal de Jequitibá, encaminhando denúncias de abuso de autoridade supostamente praticado por policiais militares contra moradores; e e-mail do Sr. Regis Neves Segantini, encaminhado por meio do “Fale com a Assembleia”, solicitando a convocação dos 180 aprovados no concurso público para a carreira de perito criminal da Polícia Civil, tendo em vista a carência de efetivo. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais (9/10/2014); da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais, e do Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG (11/10/2014); da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais, e do Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG (4) (16/10/2014); da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais (2), e dos Srs. Marco Antônio Rebelo Romanelli, secretário de Estado de Defesa Social (2), e Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG (2) (18/10/2014); dos Srs. Paulo Henrique Barbosa, delegado regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado, e Marco Antônio Rebelo Romanelli, secretário de Estado de Defesa Social (30/10/2014); das Sras. Adriana Cacciari Zapaterra César, diretora de Vigilância em Serviços de Saúde, e Maria Coeli Simões Pires, secretária de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais; e dos Srs. Rogério de Melo Franco Assis Araújo, delegado-geral de Polícia, e Antônio Carlos Rosa de Oliveira Junior, diretor executivo do Ministério da Saúde (1º/11/2014). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os agentes penitenciários, que são convidados a tomar assento à mesa, e passa-lhes a palavra, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.314 a 8.318, 8.329 a 8.335, 8.339 a 8.367, 8.417 a 8.420, 8.425 a 8.429, 8.434 a 8.443, 8.450, 8.452 a 8.457, 8.460, 8.461, 8.464 a 8.467, 8.473, 8.474, 8.493, 8.494, 8.496 a 8.500, 8.503, 8.548 a 8.569, 8.592 a 8.606, 8.610, 8.612 a 8.615, 8.618 a 8.630, 8.633 a 8.637, 8.642 a 8.646, 8.651 a 8.653, 8.741 a 8.746, 8.765, 8.770 a 8.776, 8.779 a 8.781, 8.792, 8.793, 8.801 a 8.817, 8.829 a 8.840, 8.861 a 8.869, 8.871 a 8.878, 8.880 a 8.896, 8.904 a 8.912 e 8.915/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.768/2014, dos deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, em que solicitam sejam os agentes penitenciários ouvidos na 31ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública;

nº 10.772/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo do Bombeiros Militar do Estado pedido de informações sobre as razões da não realização do pagamento da gratificação por substituição temporária aos cabos e soldados que exercem efetivamente a função de sargento no Serviço de Segurança contra Incêndio e Pânico do CBMMG, e pedido de providências para o pagamento da referida gratificação, nos termos da legislação vigente;

nº 10.775/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido da cópia completa da apuração de denúncia feita por vereador do Município de Pará de Minas informando estar acontecendo escolta irregular e ilegal feita por viaturas da polícia militar aos bancos Bradesco e Sicob, o que resulta na falta de policiamento nas ruas do Município.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2014.

João Leite, presidente – Lafayette de Andrada – Cabo Júlio.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/11/2014

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Mosconi, Carlos Pimenta e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Doutor Wilson Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 5.396/2014, em turno único, do qual designou como relator o deputado Carlos Pimenta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que



compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.429/2014 (relator: deputado Arlen Santiago) na forma original. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 5.396/2014 (relator: deputado Carlos Pimenta), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 5.261 e 5.269/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Neste momento, registra-se a presença do deputado Wander Borges. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.680/2014, da deputada Maria Tereza Lara, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal e à Secretaria Municipal de Betim pedido de providências para eliminar a infestação de pernilongos que tem atingido o município, colocando em risco a saúde de toda a população;

nº 10.681/2014, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada visita à Santa Casa de Belo Horizonte para averiguar o funcionamento da instituição;

nº 10.682/2014, dos deputados Carlos Pimenta, Arlen Santiago, Carlos Mosconi e Doutor Wilson Batista, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, os seguintes temas: funcionamento do Samu nas diversas regiões do Estado; SUS Fácil; repasse de recursos para os hospitais que compõem o Pro-Hosp; programas e pagamentos dos serviços de urgência e emergência; pagamento do Pro-Mama e aplicação dos recursos constitucionais e outros, com a presença da Secretaria de Estado de Saúde;

nº 10.797/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa - pedido de providências para agilizar a autorização especial para importação do medicamento Canabidiol pela família de Maria Clara de Oliveira, portadora da síndrome de Lennox.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2014.

Carlos Mosconi, presidente – Carlos Pimenta – Doutor Wilson Batista – Arlen Santiago.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/11/2014

Às 10h40min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira e os deputados Elismar Prado e Carlos Mosconi, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Carlos Mosconi, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício de diversos grupos culturais de Minas Gerais, que questionam o anúncio do esgotamento da renúncia fiscal da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, feito pela Secretaria de Estado de Cultura. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (11/7, 21/8, 4/9 e 20/9/14); e do Sr. Leonardo Ananias Leão, presidente da Câmara Municipal de Oliveira (12/9/2014). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.366/2012, no 1º turno (deputada Luzia Ferreira); 4.033/2013, 5.114, 5.254, 5.435 e 5.418/2014, todos em turno único (deputado Elismar Prado). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.033/2013 (relator: deputado Elismar Prado). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 5.112, 5.114 e 5.254/2014 (relator: deputado Elismar Prado); e 5.259/2014, sendo este com a Emenda nº 1, votada em separado (relator: deputado Luiz Henrique). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.544, 8.570, 8.608, 8.622 e 8.769/2014. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.905, 4.953, 5.255 e 5.264/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 10.800/2014, da deputada Luzia Ferreira, em que solicita seja encaminhado à Sra. Rosana de Mont'Alverne voto de congratulações por sua eleição como presidente da Câmara Mineira do Livro, ocorrida em 14 de julho de 2014. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2014.

Elismar Prado, presidente – Luzia Ferreira – Liza Prado.

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/11/2014

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Maria Tereza Lara e Luzia Ferreira (substituindo o deputado Deiró Marra, por indicação da liderança do BTR) e o deputado Duarte Bechir, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por



aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Sueli de Oliveira Pires, secretária de Estado de Educação em exercício (5/7/2014); do Sr. Glêdston Guetão, vereador da Câmara Municipal de Governador Valadares (7/8/2014); Sra. Ana Lúcia Almeida Gazola (3), secretária de Estado de Educação (14/8/2014 e 4/10/2014); Marco Antônio Badaró Bianchini, Coronel PM Chefe da Assessoria Institucional (16/10/2014); e Webster de Oliveira e outros diretores de escola do Estado (4/10/2014). Comunica, também, o recebimento de ofício do Sr. Sérgio Sampaio Bezerra, presidente da Federação das Apaes-MG, acusando o recebimento do relatório elaborado pela comissão *Apae em Foco: Realizações e Desafios* e informando que o referido relatório relata de forma clara e objetiva as conquistas obtidas pelas Apaes no decorrer de seus 60 anos de existência. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 5.417/2014, em turno único, do qual designou como relatora a deputada Maria Tereza Lara. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.096/2014 na forma do Substitutivo nº 2 (relatora: deputada Maria Tereza Lara). O Projeto de Lei nº 3.923/2013, em 1º turno, é convertido em diligência ao Conselho Estadual de Educação, atendendo-se a requerimento da relatora, deputada Maria Tereza Lara, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 4.006/2013 (relator: Deputado Duarte Bechir) e 5.226/2014 (relatora: deputada Maria Tereza Lara)), que receberam parecer por sua aprovação, votando “sim” as Deputadas Maria Tereza Lara e Luzia Ferreira e o deputado Duarte Bechir, não se registrando voto contrário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.539, 8.828 e 8.879/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.818/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para entregar a folha de desenvolvimento da carreira - inclusa a ficha financeira - a todos os servidores atingidos pela decisão de inconstitucionalidade da Lei nº 100;

nº 10.823/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para a abertura de concurso público para preenchimento das vagas em aberto na Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes;

nº 10.824/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Mário Casassanta, na pessoa da diretora, Sra. Yara Carvalho Garcia Ribeiro, e dos alunos Ana Flávia Vieira Gonçalves, Bruno Valdri de Melo, Isabela Amarante Correa Carvalho, Jussara Aparecida Faria Correa, Mariana de Melo Antunes, pela conquista de menção honrosa, do aluno Ramon Ramos Roque, pela conquista da Medalha de Bronze, e do aluno Carlos Henrique Fernandes Pereira, pela conquista da Medalha de Prata na 9ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Estaduais – Obmep;

nº 10.826/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso a Maria da Conceição Mendonça Silva pelos relevantes trabalhos prestados na área da educação especial no Centro Pedagógico Capelo Gaivotá, em Montes Claros;

nº 10.828/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita sejam encaminhadas à Apae de Manhuaçu as notas taquigráficas da 12ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 22/5/2014;

nº 10.829/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à Escola do Legislativo pedido de providências para que envie esforços para firmar parcerias com a Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais para a oferta de cursos de capacitação dos profissionais que atuam nas Apaes e em outras entidades que atendem a pessoas com deficiência;

nº 10.830/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à bancada mineira da Câmara dos Deputados pedido de providências para a inclusão de dispositivos no Projeto de Lei Federal nº 1.139/2007, em tramitação, que visa alterar a Lei Rouanet para que os recursos das empresas incentivadoras de projetos culturais sejam aplicados no município onde elas estão sediadas; apresentação de projeto de lei para alterar a Lei nº 10.880, de 2004, com vistas a incluir, no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - Pnate - mecanismo de financiamento para aquisição de veículos para escolas privadas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, que atendem exclusivamente a pessoas com deficiência;

nº 10.832/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que sejam oferecidos cursos de capacitação aos professores que atuam nas Apaes e, ainda, que o órgão estude a possibilidade de : aumento do número de professores cedidos em adjunção às Apaes; adjunção de professores substitutos; cessão de servidores para os cargos de assistente técnico da educação básica - ATB — auxiliar de secretaria e auxiliar de serviços gerais para as Apaes; e criação de programa específico de formação e qualificação de mão de obra de pessoas com deficiência intelectual para o mercado de trabalho, especialmente dirigido aos alunos matriculados na educação de jovens e adultos;

nº 10.833/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Saúde para apresentação, em audiência pública, do Programa de Intervenção Precoce Avançado - Pipa -, instituído pela Resolução SES nº 3.685, de 19/3/2013, em especial para esclarecer os critérios de conveniamento das entidades como Serviço Especializado de Reabilitação em Deficiência Intelectual – Serdi;

nº 10.835/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada reunião da Comissão Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência para debater, em audiência pública, a assistência integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla em processo de envelhecimento que não conte com tutela familiar;

nº 10.836/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude para debater, em audiência pública, o programa Segundo Tempo - Esportes Adaptados, do governo federal;



nº 10.838/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para: publicação de edital de credenciamento das entidades para atendimento em equoterapia no SUS-MG, nos termos da Resolução SES Nº 4.102, de 27/12/2013; aporte de recursos às Apaes (por meio da Ação 4209 – Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência – constante no PPAG 2012-2015 para o exercício de 2014) para construção, ampliação e reformas visando à adequação às exigências de ambiência do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde, aquisição de tecnologias modernas para possibilitar o acompanhamento das inovações nos processos de habilitação e reabilitação, aquisição dos equipamentos necessários para diagnóstico, cuidado, habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência; ampliação das ações de capacitação permanente das equipes técnicas da atenção primária, do componente especializado (serviços isolados e centros especializados em reabilitação) e do componente hospitalar dos pontos de atenção à saúde para o atendimento ao público das Apaes, por meio de recursos da Ação 2094 – Capacitação, Formação Técnica e Especialização de Profissionais da Área de Saúde –, do Programa 191 – Gestão da Escola de Saúde Pública (PPAG 2012-2015 para o exercício de 2014); incorporação de recursos estaduais no atendimento de média e alta complexidade para realização de exames complementares, tais como tomografia, colonoscopia e ressonância; garantia de acesso dos usuários aos pontos de atenção do componente de Atenção Especializada em Reabilitação por meio do Sistema Estadual de Transportes em Saúde - Sets-MG (com recursos da Ação 4281 - Sistema Estadual de Transportes em Saúde - constante no PPAG 2012-2015 para o exercício de 2014); inclusão da Ação 4209 - Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência - no Programa 044 - Redes Integradas de Serviços de Saúde -, de maneira a transformar a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no SUS-MG em um programa prioritário (assim como a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência é programa prioritário no âmbito da União); construção de um Centro de Referência em Transtornos do Espectro do Autismo, para realização de diagnósticos, emissão de orientações e encaminhamento de pacientes ao tratamento especializado, com ações ou estruturas descentralizadas nas regiões do Estado;

nº 10.840/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de providências para: efetivar os serviços e programas de assistência às pessoas com deficiência na idade adulta e aos idosos com deficiência cujos vínculos familiares estejam frágeis ou rompidos, com ênfase no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência Idosas e suas Famílias (média complexidade), Serviço de Acolhimento em Repúblicas (para idosos independentes) e Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos e para Jovens e Adultos com Deficiência (alta complexidade), mediante recursos oriundos principalmente da Ação 4640 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - e da Ação 4318 - Cofinanciamento de Serviços e Benefícios para Municípios na Execução de Proteção Especial, constantes no PPAG 2012-2015 (exercício de 2014); reconhecer as Apaes como Centros-Dia; criar o piso mineiro de assistência social para a pessoa com deficiência, com o objetivo de auxiliar os municípios no desenvolvimento de ações socioassistenciais específicas para esse público;

nº 10.841/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os motivos da extinção do Programa de Atendimento Especializado - UAE -, criado pela Resolução nº 004, de 1996, e alterado pela Resolução nº 69, de 2003, daquele órgão;

nº 10.842/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa - pedido de providências para que analise a possibilidade de executar tarifa diferenciada para as Apaes;

nº 10.844/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig - pedido de providências para que analise a possibilidade de incluir as Apaes como beneficiárias do programa Energia do Bem, de modo a instalar sistema de energia solar em todas as entidades do Estado;

nº 10.845/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado ao ministro da Justiça pedido de informações sobre os motivos que ocasionaram a perda da declaração de utilidade pública da Apae de Virgínia;

nº 10.846/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à secretária Municipal de Saúde do Município de Aiuruoca, pedido de informações acerca do fim do repasse de recursos do SUS para a Apae daquele município;

nº 10.847/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências para que sejam criadas linhas de incentivo próprias para o trabalho de natureza cultural com a pessoa com deficiência intelectual e múltipla nos fundos de cultura;

nº 10.849/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que sejam executadas as emendas parlamentares que tenham como objeto o aporte de recursos para as Apaes; sejam realizados estudos de viabilidade para revisão do Plano Decenal de Educação do Estado, instituído pela Lei nº 19.481, de 12/1/2011, visando atualizar as estratégias e metas concernentes à educação especial, nos termos da Meta 4 do Plano Nacional de Educação 2011-2020, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 25/6/2014; sejam realizadas ações para promover a articulação intersetorial visando à implementação, por via legal, de mecanismos de incentivo a entidades que desenvolvam projetos sociais, culturais e esportivos voltados à pessoa com deficiência, por meio da criação de fundo específico, de incentivos fiscais ou de outras modalidades de programas e ações no planejamento orçamentário do Estado com essa finalidade;

nº 10.851/2014, do deputado Duarte Bechir e da deputada Maria Tereza Lara, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação ofício da comissão manifestando seu posicionamento favorável às razões apresentadas na Ação Civil Declaratória, c/c Anulatória de Ato Administrativo contra o Estado de Minas Gerais, em face dos Pareceres nºs 729/2013, 43/2014 e 474/2014, do Conselho Estadual de Educação;

nº 10.852/2014, do deputado Duarte Bechir e da deputada Maria Tereza Lara, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público Estadual ofício desta comissão manifestando seu posicionamento favorável às razões apresentadas na Ação Civil Declaratória, c/c Anulatória de Ato Administrativo contra o Estado de Minas Gerais, em face dos Pareceres nºs 729/2013, 43/2014 e 474/2014, do Conselho Estadual de Educação;



nº 10.853/2014, do deputado Duarte Bechir e da deputada Maria Tereza Lara, em que solicita seja encaminhado ao Conselho Estadual de Educação ofício da comissão manifestando seu posicionamento favorável às razões apresentadas na Ação Civil Declaratória, c/c Anulatória de Ato Administrativo contra o Estado de Minas Gerais, em face dos Pareceres nºs 729/2013, 43/2014 e 474/2014, do Conselho Estadual de Educação.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2014.

Duarte Bechir, presidente – Maria Tereza Lara – Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, EM 13/11/2014

Às 14h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Almir Paraca, Pompílio Canavez, Duarte Bechir (substituindo o deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da liderança do BTR) e João Leite (substituindo o deputado Zé Maia, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater acerca da gestão e do cumprimento adequado do papel do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – Fhidro - e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.854/2014, dos deputados Almir Paraca e Pompílio Canavez, em que solicitam sejam encaminhadas as notas taquigráficas da reunião de audiência pública realizada pelo Comitê de Defesa da Bacia do Rio Urucuia - Comdhru - no Município de Buritis, em 12/11/2014, da qual a Comissão Extraordinária das Águas participou, à Agência Nacional de Águas - ANA -, aos Ministérios Públicos Federal e do Estado de Minas Gerais, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad -, ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam - e ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco a fim de que tomem as providências cabíveis ante os problemas relatados, especialmente no tocante à construção de barramentos e a intervenções em áreas de preservação permanente, muitas vezes, por liminar judicial, medida essa que vem causando enormes impactos ambientais negativos nessa bacia e gerando inúmeros conflitos para a população nela residente;

nº 10.855/2014, dos deputados Almir Paraca e Pompílio Canavez, em que solicitam seja apresentada emenda, da Comissão Extraordinária das Águas, ao PPAG 2012-2015 (Projeto de Lei nº 5.496/2014) para incluir a Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia, em caráter prioritário, no planejamento das ações de revitalização das bacias hidrográficas estaduais a ser enfrentado a partir de 2015, bem como seja enviada cópia da emenda apresentada às Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Planejamento e Gestão a fim de dar ciência e solicitar apoio.

A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Marília Carvalho de Melo, diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam; Maria de Lourdes Amaral Nascimento, Coordenadora da Secretaria do Fhidro – Igam; Tania Maria Duarte, presidente da Assemae Regional Minas Gerais, representando o presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemae – Brasília-DF; e Luciane Teixeira Martins, presidente do CBH do Rio Suaçuí - Governador Valadares; e os Srs. Elbert Figueira Araújo Santos, agente de fiscalização dos serviços, representando o diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG; Tales Heliodoro Viana, da Superintendência de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, representando o presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa e o diretor-presidente do Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor; Marcus Vinícius Polignano, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e coordenador do Fórum dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais; e Breno Carone, vice-prefeito de Brumadinho e presidente do Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do rio Paraopeba – Cibapar -, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência, na qualidade de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate tece suas considerações e, em seguida, concede a palavra aos deputados Pompílio Canavez (também autor do requerimento), Duarte Bechir e João Leite, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, em 20/11/2014, com a finalidade de debater a outorga de recursos hídricos: seus procedimentos, prazos, preferências, controles, órgãos gestores e do tratamento dispensado aos agricultores familiares, bem como discutir e votar proposições da comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2014.

Almir Paraca, presidente.

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/11/2014

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Cabo Júlio e Lafayette de Andrada, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Cabo Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater questões referentes a política criminal e execução penal no Estado de Minas Gerais, tais como estatuto penitenciário e monitoração eletrônica. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Jane Ribeiro Silva, desembargadora aposentada do



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e conselheira do Conselho de Criminologia e Política Criminal do Estado de Minas Gerais; Anna Karoline Pacheco Teixeira de Araújo, assessora da Subsecretaria de Administração Prisional da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais; Márcia Maria Milanez, desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e coordenadora do Programa Novos Rumos; Maria Luiza de Andrade Rangel Pires, juíza da Central de Flagrantes do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; e os Srs. Marcos Afonso de Souza, presidente do Conselho de Criminologia e Política Criminal do Estado de Minas; Leonardo Monteiro Rodrigues, advogado e colaborador do projeto do Estatuto Prisional de Minas Gerais; Nikolas Stefany Macedo Katopodis, defensor público do Estado de Minas Gerais; e o Cap. PM Rodrigo Piassi do Nascimento, conselheiro do Instituto Nova-Limense de Estudos do Sistema Penitenciário, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2014.

Cabo Júlio, presidente.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/11/2014

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sebastião Costa, Dalmo Ribeiro Silva, Gustavo Corrêa, Rogério Correia, Tenente Lúcio (substituindo o deputado Duílio de Castro, por indicação da liderança do BAM) e Wander Borges (substituindo o deputado Gustavo Perrella, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Registra-se a saída do deputado Tenente Lúcio. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 5.592/2014 (deputado Dalmo Ribeiro Silva); 5.596/2014 (deputado Luiz Henrique); 5.593 e 5.594/2014 (deputado Duílio de Castro); 5.595 e 5.597/2014 (deputado André Quintão); 5.591/2014 (deputado Sebastião Costa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É aprovado requerimento do deputado Wander Borges solicitando que o Projeto de Lei nº 4.797/2013 seja apreciado em último lugar desta fase. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.435/2012 (relator: deputado Sebastião Costa) e 5.065/2014 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Gustavo Corrêa, em virtude de redistribuição). O Projeto de Lei nº 4.461/2013 é retirado da pauta por deliberação da comissão a requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva. São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Defesa Social o Projeto de Lei nº 5.474/2014 (relator: deputado Wander Borges, em virtude de redistribuição); à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e ao prefeito municipal de Palma o Projeto de Lei nº 5.481/2014 e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e ao autor o Projeto de Lei nº 5.551/2014 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva, em virtude de redistribuição); à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e ao prefeito municipal de São Joaquim de Bicas o Projeto de Lei nº 5.540/2014 (relator: deputado Rogério Correia, em virtude de redistribuição); à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão o Projeto de Lei nº 5.547/2014, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e ao autor o Projeto de Lei nº 5.548/2014 e ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER-MG – o Projeto de Lei nº 5.549/2014 (relator: deputado Sebastião Costa, sendo o primeiro em virtude de redistribuição). Na fase de discussão dos pareceres dos relatores, deputados Sebastião Costa e Dalmo Ribeiro Silva, respectivamente, que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 5.591 e 5.592/2014, no 1º turno, o presidente defere os pedidos de vista do deputado Rogério Correia. Durante a discussão do parecer do deputado Sebastião Costa, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.797/2013 na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno, é apresentado requerimento do deputado Rogério Correia em que solicita seja adiada a discussão da matéria, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 3.469/2012, 5.484, 5.492, 5.508, 5.544 e 5.573/2014 (relator: Rogério Correia, em virtude de redistribuição); 5.477, 5.486, 5.503 com a Emenda nº1, 5.507, 5.531 e 5.555/2014 (relator: deputado Gustavo Corrêa, em virtude de redistribuição); 5.478 com a Emenda nº1, 5.480, 5.517, 5.521 com a Emenda nº1, 5.527, 5.538, 5.482, 5.502, 5.506, 5.528, 5.533 e 5.552/2014 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva, sendo os seis últimos em virtude de redistribuição); 5.487, 5.539 e 5.545/2014 (relator: deputado Wander Borges, em virtude de redistribuição) e 5.529, 5.536 e 5.554/2014 (relator: deputado Sebastião Costa). Os Projetos de Lei nºs 5.588 e 5.589/2014 são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos em que se solicita, nos termos do art. 301, parágrafo único, do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Lei nºs 5.479, 5.483, 5.488, 5.489, 5.500, 5.504, 5.505, 5.522, 5.530, 5.532, 5.535, 5.537, 5.546, 5.550, 5.553/2014, que instruem as referidas proposições com a documentação necessária à sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2014.

Sebastião Costa, presidente - Gustavo Corrêa - Dalmo Ribeiro Silva - Leonídio Bouças.



ORDENS DO DIA

**ORDEM DO DIA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA,
EM 25/11/2014****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Discussão do Relatório Final da CPI da Telefonia.

Incluído em ordem do dia nos termos do parágrafo único do art. 114 do Regimento Interno.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.494/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 142, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que trata da organização e da divisão judiciárias do Estado, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Rômulo Viegas opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 143, que altera a Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Zé Maia opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.287, que altera os limites da Estação Ecológica Estadual de Arêdes, no Município de Itabirito. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.289, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado referente ao ano de 2013. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.295, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carlos Chagas o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.306, que assegura ao aluno matriculado em estabelecimento de ensino de educação básica vinculado ao Sistema Estadual de Educação o direito de observar o período de guarda religiosa. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.336, que acrescenta dispositivo à Lei nº 13.408, de 21 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição e próprio público do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.337, que acrescenta dispositivos à Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, com o objetivo de proibir a utilização da tecnologia de incineração nos casos que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.352, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 19.451, de 11 de janeiro de 2011, que autoriza o Instituto Estadual de Florestas - IEF - a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 47/2013, dos deputados Jayro Lessa, Sargento Rodrigues e outros, que altera o inciso II do § 3º do art. 53 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2013, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que acrescenta inciso ao art. 64 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63/2013, do deputado Fábio Cherem e outros, que dá nova redação aos arts. 159 e 160 da Constituição do Estado e acrescenta incisos ao art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.



Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 69/2014, do deputado Lafayette de Andrada e outros, que acrescenta artigo à Constituição do Estado para adequação ao disposto na Constituição da República. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.327/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado e do Fundo Especial do Poder Judiciário. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.348/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.604/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 73, de 15 de agosto de 2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.605/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 62, de 9 de julho de 2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.606/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 78/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 15 de agosto de 2014.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.607/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 84/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 15 de agosto de 2014.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.608/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 88/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 15 de agosto de 2014.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.609/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 89, de 15 de agosto de 2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 45/2013, do deputado Gustavo Perrella, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 755/2011, do deputado Wander Borges, que institui o Dia Estadual de Combate aos Maus Tratos Contra os Idosos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 427/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a fiscalização da venda de ingressos de eventos artísticos, culturais e desportivos por cambista no âmbito do Estado. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 873/2011, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração de considerações ambientais nas licitações e nos contratos públicos do Estado a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados, pelo seu gestor, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado, prestadoras de serviço público e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que institui, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.165/2014, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2014, para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 575/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.507/2012, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação e a transformação de cargos nos Quadros de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar e nas Secretarias de Juízo Militar e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e pela rejeição do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.775/2013, do deputado Gustavo Corrêa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capelinha o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.170/2013, do deputado Sargento Rodrigues, que altera a Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.



Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.743/2013, do deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a alteração dos limites da área do Parque Estadual Alto Cariri, criado pelo Decreto nº 44.726, de 18 de fevereiro de 2008. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.961/2014, do deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Alegre de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 2 e 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.131/2014, do deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tupaciguara o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.196/2014, do deputado Célio Moreira, que altera a Lei nº 20.304, de 26 de julho de 2012, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Juscelino o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.205/2014, do deputado Sávio Souza Cruz, que dá nova redação à Lei nº 18.707, de 7 de janeiro de 2010, que autoriza o Poder Executivo a doar à Uemg o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.294/2014, do deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itaúna os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 25/11/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.395/2014, do deputado Tenente Lúcio.

Requerimentos nºs 8.928/2014, do deputado Anselmo José Domingos; 8.933, 8.966, 8.986 a 8.996, 8.998 a 9.001, 9.004, 9.006 e 9.007/2014, do deputado Cabo Júlio; e 8.934/2014, do deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 25/11/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 5.561/2014, do deputado Fred Costa; 5.582, 5.593 e 5.596/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 5.611/2014, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.695/2013, do deputado Ulysses Gomes; 5.347/2014, do deputado Hely Tarquínio; 5.420/2014, do deputado Gustavo Perrella; 5.557 e 5.558/2014, do deputado Anselmo José Domingos; 5.559/2014, do deputado Bosco; 5.562/2014, do deputado Inácio Franco; 5.563/2014, do deputado Célio Moreira; 5.564/2014, do deputado Antonio Lerin; 5.569/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes; 5.570/2014, do deputado Sargento Rodrigues; 5.571/2014, do deputado Bosco; 5.580/2014, do deputado Braulio Braz; 5.586/2014, da deputada Luzia Ferreira; 5.588/2014, do deputado Neider Moreira; 5.589/2014, do deputado Tadeu Martins Leite; 5.590/2014, do deputado Tiago Ulisses; 5.594/2014, do deputado Fabiano Tolentino; e 5.597/2014, do deputado Paulo Guedes.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 25/11/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.458/2014, do deputado Bosco.

Requerimento nº 9.024/2014, da Cipe São Francisco.

Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 25/11/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:
Em turno único: Projeto de Lei nº 5.320/2014, do deputado Paulo Lamac.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Requerimentos nºs 9.021, 9.025, 9.027 e 9.029/2014, da Cipe São Francisco.

Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 25/11/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.797/2013, do Tribunal de Justiça; e 5.591, 5.592 e 5.611/2014, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 8.927/2014, do deputado Dinis Pinheiro; e 9.002/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 25/11/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 5.455/2014, do deputado Gil Pereira; 5.463/2014, da deputada Rosângela Reis; e 5.503/2014, do deputado Ulysses Gomes.

Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 25/11/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 5.087/2014, do deputado João Leite; 5.411/2014, do deputado Cássio Soares; e 5.465/2014, do deputado Tiago Ulisses.

Requerimentos nºs 8.903/2014, da deputada Liza Prado; 8.913/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel; e 8.997/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 25/11/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:



Requerimentos nºs 8.967, 8.968, 8.969 e 8.970/2014, do deputado Ivair Nogueira.
Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 25/11/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Requerimento nº 9.028/2014, da Comissão da Cipe São Francisco.
Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 20 horas do dia 25 de novembro de 2014, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres, requerimentos e do Relatório Final da CPI da Telefonia; e na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos à Proposição de Lei Complementar nº 142, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que trata da organização e da divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências, à Proposição de Lei Complementar nº 143, que altera a Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado e dá outras providências, à Proposição de Lei nº 22.287, que altera os limites da Estação Ecológica Estadual de Arêdes, no Município de Itabirito, à Proposição de Lei nº 22.289, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado referente ao ano de 2013, à Proposição de Lei nº 22.295, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carlos Chagas o imóvel que especifica, à Proposição de Lei nº 22.306, que assegura ao aluno matriculado em estabelecimento de ensino de educação básica vinculado ao Sistema Estadual de Educação o direito de observar o período de guarda religiosa, à Proposição de Lei nº 22.336, que acrescenta dispositivo à Lei nº 13.408, de 21 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição e próprio público do Estado, à Proposição de Lei nº 22.337, que acrescenta dispositivos à Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e à Proposição de Lei nº 22.352, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 19.451, de 11 de janeiro de 2011, que autoriza o Instituto Estadual de Florestas - IEF - a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 47/2013, dos deputados Jayro Lessa, Sargento Rodrigues e outros, que altera o inciso II do § 3º do art. 53 da Constituição do Estado, 57/2013, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que acrescenta inciso ao art. 64 da Constituição do Estado, 63/2013, do deputado Fábio Cherem e outros, que dá nova redação aos arts. 159 e 160 da Constituição do Estado e acrescenta incisos ao art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e 69/2014, do deputado Lafayette de Andrada e outros, que acrescenta artigo à Constituição do Estado para adequação ao disposto na Constituição da República; dos Projetos de Resolução nºs 5.604/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o convênio ICMS nº 73, de 15 de agosto de 2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz –, 5.605/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o convênio ICMS nº 62, de 9 de julho de 2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz –, 5.606/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 78/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz –, em 15 de agosto de 2014, 5.607/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 84/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz –, em 15 de agosto de 2014, 5.608/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 88/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz –, em 15 de agosto de 2014, e 5.609/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 89, de 15 de agosto de 2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz –; do Projeto de Lei Complementar nº 45/2013, do deputado Gustavo Perrella, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte; dos Projetos de Lei nºs 427/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a fiscalização da venda de ingressos de eventos artísticos, culturais e desportivos por cambista no âmbito do Estado de Minas Gerais, 575/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá outras providências, 755/2011, do deputado Wander Borges, que institui o Dia Estadual de Combate aos Maus Tratos Contra os Idosos, 873/2011, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração de considerações ambientais nas licitações e nos contratos públicos do Estado de Minas Gerais a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados, pelo seu gestor, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Minas Gerais, prestadoras de serviço público e dá outras providências, 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que institui, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama, 3.507/2012, do Tribunal de Justiça, que dispõe



sobre a criação e a transformação de cargos nos Quadros de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar e nas Secretarias de Juízo Militar e dá outras providências, 3.775/2013, do deputado Gustavo Corrêa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capelinha o imóvel que especifica, 4.170/2013, do deputado Sargento Rodrigues, que altera a Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República, 4.743/2013, do deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a alteração dos limites da área do Parque Estadual Alto Cariri, criado pelo Decreto nº 44.726, de 18 de fevereiro de 2008, 4.961/2014, do deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Alegre de Minas o imóvel que especifica, 5.131/2014, do deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tupaciguara o imóvel que especifica, 5.165/2014, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2014, para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 5.196/2014, do deputado Célio Moreira, que altera a Lei nº 20.304, de 26 de julho de 2012, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Juscelino o imóvel que especifica, 5.205/2014, do deputado Sávio Souza Cruz, que dá nova redação à Lei nº 18.707, de 7 de janeiro de 2010, que autoriza o Poder Executivo a doar à Uemg o imóvel que especifica, 5.294/2014, do deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itaúna os imóveis que especifica, 5.327/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado e do Fundo Especial do Poder Judiciário, 5.348/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa do Estado, e 5.494/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 24 de novembro de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Nos termos regimentais, convoco os deputados Almir Paraca, Cássio Soares e Gil Pereira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/11/2014, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 2.148/2011, da deputada Ana Maria Resende; de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 341 e 346/2011, do deputado Fred Costa, e 3.498/2012, da deputada Liza Prado; de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 5.223/2014, do deputado Gil Pereira, e o Requerimento nº 8.914/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2014.

Liza Prado, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.503/2014

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do deputado Ulysses Gomes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação União Esporte Clube, com sede no Município de Medina.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação União Esporte Clube, com sede no Município de Medina, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão de atividades sociais, cívico-culturais e desportivas.

Na consecução desse propósito, a instituição incentiva a prática e promove competições em modalidades esportivas amadoras, sobretudo o futebol; mantém divisão esportiva feminina com o intuito de incentivar a prática esportiva e atividades físicas úteis à cultura física da mulher.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou a Emenda nº 1, com a qual concordamos, a fim de adequar o nome da entidade ao substancializado em seu estatuto constitutivo.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida associação em prol da qualidade de vida dos cidadãos do Município de Medina, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.503/2014, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2014.

Mário Henrique Caixa, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.539/2014**Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia
Relatório**

De autoria do governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe visa dar denominação a escola estadual de ensino fundamental e médio situada no Município de Ninheira.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em questão pretende dar a denominação de Escola Estadual Professor Marcionilo Pereira Dutra à escola estadual de ensino fundamental e médio situada na Comunidade Lagoa da Fazenda, no Município de Ninheira.

A denominação proposta resulta de pedido formulado pelo colegiado dessa unidade de ensino, que homologou, pela unanimidade dos votos de seus membros, a indicação do nome do homenageado para denominar a referida escola.

Marcionilo Pereira Dutra foi o primeiro professor da região e dedicou sua vida à educação. Desse modo, entendemos justa e meritória a atribuição de seu nome para designar a unidade escolar objeto da proposição em análise.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.539/2014, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2014.

Duarte Bechir, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5.599/2014**Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
Relatório**

De autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, esse projeto ratifica concessão de regime especial de tributação em matéria de ICMS ao contribuinte mineiro do setor de comércio distribuidor, atacadista ou centro de distribuição, nos termos do art. 225-A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

Publicado no *Diário do Legislativo* em 13/11/2014, vem a esta comissão para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18, combinada com o art. 103 do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Resolução nº 5.599/2014, de autoria desta comissão, foi apresentado no parecer sobre a Mensagem nº 692/2014, que encaminhou exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda para concessão de regime especial de tributação ao setor de comércio distribuidor, atacadista ou centro de distribuição, prejudicado em sua competitividade ou impedido de instalar-se em Minas Gerais.

Na mensagem, o Poder Executivo afirma que o "Governo do Estado de Minas Gerais, com o apoio da Assembleia Legislativa e das entidades de classe dos diversos segmentos econômicos do Estado, vem envidando esforços para proteger a economia mineira contra os benefícios fiscais irregularmente concedidos por outras unidades da Federação". O parecer sobre a Mensagem nº 692/2014 relatou serem concedidos, frequentemente, benefícios fiscais irregulares, em especial, por ignorarem a necessidade de aprovação de convênio próprio no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Por isso, o governo do Estado, com participação desta Assembleia, tem concedido regime especial de tributação para modificar a carga tributária de setores afetados adversamente por benefícios irregulares de outros estados. No caso do setor de comércio distribuidor, atacadista ou centro de distribuição, o benefício ofereceu aos contribuintes que promovam operação subsequente com mercadorias destinadas a estabelecimento de mesma titularidade ou de outros contribuintes, principalmente, os seguintes tratamentos tributários:

Crédito presumido do ICMS de: 4% nas vendas internas de produtos acabados importados para comercialização, relacionados no Regime Especial, vedado o aproveitamento de quaisquer outros créditos relacionados a essas operações; 2,5% nas vendas interestaduais de produtos acabados importados para comercialização, relacionados no Regime Especial, vedado o aproveitamento de quaisquer outros créditos relacionados com essas operações; em operações internas destinadas a contribuintes, crédito presumido de: 5% sobre o valor da operação, para as mercadorias tributadas pela alíquota de 25%; e c.2) 4% sobre o valor da operação, para as mercadorias tributadas com alíquotas inferiores a 25%.

Conforme o Poder Executivo, e conforme destacado por esta comissão no parecer para a citada mensagem, as medidas são concedidas a todo o setor, mas de forma individualizada, analisadas a requerimento do contribuinte, podendo dar origem a cargas tributárias diferenciadas, conforme produto e segmento econômico.

A Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, principal norma a disciplinar a concessão de regime especial de tributação no ordenamento jurídico mineiro, em seu art. 225, atribui ao Poder Executivo a faculdade de adotar medidas necessárias à proteção da economia do Estado quando houver a concessão de benefícios irregulares por outros estados. No art. 225-A, determina que o regime especial deve ser encaminhado para esta Assembleia Legislativa, para análise e ratificação, em condições que estabelece.

Devido a visar o regime especial de tributação em estudo a proteger a capacidade produtiva do Estado, com repercussões benéficas para a produção e para o emprego, e considerando a necessidade de ratificação por esta Assembleia por meio do projeto de resolução em tela, somos por sua aprovação.

**Conclusão**

Somos favoráveis à aprovação do Projeto de Resolução nº 5.599/2014, em turno único, na forma original.
Sala das Comissões, 24 de novembro de 2014.
Zé Maia, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5.603/2014**Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
Relatório**

De autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, esse projeto ratifica concessão de regime especial de tributação em matéria de ICMS a contribuinte mineiro do setor de artefatos de material plástico, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 13/11/2014, foi a proposição encaminhada a esta comissão para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18, de 2011, combinada com o art. 103 do Regimento Interno.

Fundamentação

Esta comissão examinou a matéria quando emitiu parecer sobre a Mensagem nº 691/2014, com a qual o governador do Estado submeteu à apreciação desta Casa medida fiscal para proteger a economia mineira contra benefícios fiscais irregularmente concedidos por outras unidades da Federação, a qual concede regime especial de tributação para Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - ao contribuinte mineiro do setor de artefatos de material plástico prejudicado em sua competitividade ou impedido de instalar-se em Minas Gerais, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Na exposição de motivos, a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais - SEF - justificou a concessão do regime especial ao setor beneficiado em razão de concessão irregular de benefícios fiscais pelo Estado da Bahia, que instituiu o Programa Estadual de Desenvolvimento da Indústria de Transformação Plástica - Bahiaplast - e o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve -, por meio das Leis nº 7.351, de 1998, e nº 7.980, de 2001. Apesar de o programa Bahiaplast ter vigorado até 2007, seus efeitos fiscais foram abarcados pelo programa Desenvolve, por meio dos Decretos nº 8.205, de 2002 e nº 14.176, de 2012, que o regulamentaram. As vantagens proporcionadas pelas referidas legislações se fundamentam principalmente na concessão de crédito presumido e diferimento do lançamento e pagamento do imposto.

O regime especial de tributação adotado pelo Estado de Minas Gerais será concedido a todo o setor, de forma individualizada, a partir de requerimento do contribuinte, podendo implicar a aplicação de cargas tributárias diversas. A base legal para a concessão do regime especial poderá ser alterada, seja pela publicação de legislação de idêntico teor pelo mesmo estado, seja pela publicação de legislação ainda mais benéfica por outra unidade da Federação.

Conclusão

Opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 5.603/2014 na forma original.
Sala das Comissões, 24 de novembro de 2014.
Zé Maia, relator.

**PRONUNCIAMENTO REALIZADO EM REUNIÃO ANTERIOR****71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discurso Proferido em 19/11/2014**

O deputado Doutor Wilson Batista* - Boa tarde a todos. Sr. Presidente, retorno a esta tribuna inicialmente para fazer um agradecimento a todos os eleitores e eleitoras de Minas Gerais. Quero agradecer especialmente a todos os que trabalharam conosco nessa campanha, aos voluntários, às equipes que nos ajudaram em todos os municípios. Quero agradecer também aos nossos parceiros políticos, enfim, a todos os que contribuíram imensamente para nossa reeleição. O resultado nos trouxe grande satisfação. Tivemos uma votação expressiva no Estado de Minas Gerais, fruto de um trabalho nosso construído ao longo de 12 anos no Hospital do Câncer de Muriaé, na Fundação Cristiano Varela.

A campanha que fizemos foi extremamente agradável em todos os municípios que estivemos visitando, com nossas caminhadas pelas ruas, nos bairros, nos comércios, nas indústrias. Foi uma campanha com uma aceitação muito agradável, e todas as pessoas demonstraram satisfação e reconhecimento ao nosso trabalho ao longo de tantos anos no Hospital do Câncer de Muriaé. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas hoje na saúde, ao longo desse tempo estamos prestando um serviço de qualidade a milhares de pessoas em Minas Gerais, em especial no enfrentamento ao câncer.

Esse nosso trabalho também foi reconhecido por nossa atuação na Assembleia Legislativa neste último mandato, quando formulamos projetos e aprovamos leis em benefício de toda cidadã e todo cidadão mineiro. Criamos nesta Assembleia a Lei nº 20.658, que dispõe sobre a prevenção ao câncer no Estado de Minas Gerais por meio das carretas adaptadas que hoje percorrem todos os municípios mineiros, em especial os mais carentes, levando os principais exames, aliados do diagnóstico do câncer: mamografia, exame preventivo ginecológico, exame de prevenção do câncer do homem. Todos os pacientes hoje acima de 40, 50 anos estão tendo, de forma menos dificultosa, acesso a esses exames, o que lhes possibilita o descobrimento de uma doença tão temível, mas que, quando descoberta no início, tem seu tratamento e sua cura aumentada em quase toda a sua totalidade. O trabalho que



desempenhamos nesses 12 anos como médico no Hospital do Câncer de Muriaé e como deputado nesta última legislatura na Assembleia é que nos possibilitou e nos credenciou a mais um mandato.

Portanto, venho aqui agradecer a todos os que contribuíram para essa nossa campanha vitoriosa e, em especial, a Deus, por ter-me concedido e entregado nas minhas mãos a grande missão de exercer a medicina. Além disso, de poder restituir a alegria de viver a milhares de pessoas que hoje me são confiadas. Esse trabalho e nosso esforço são hoje reconhecidos por milhares de pessoas, ou seja, quase 100 mil mineiros que nos permitiram mais um mandato. Venho aqui para, cada dia mais, com mais oportunidade e seriedade, fazer o melhor para cada cidadão e cidadã de Minas Gerais. Torçamos para que todos os eleitos, governos e Estados, não só em Minas Gerais, mas em todo o Brasil, principalmente a nossa presidenta reeleita, façam um governo melhor do que o anterior. Espero que todos esses eleitos tenham a sensibilidade de reconhecer o sofrimento de cada brasileiro e brasileira em nosso país e a dificuldade que as pessoas hoje estão enfrentando no seu dia a dia. Além disso, para que tenham a sensibilidade, meu caro presidente Dalmo, de entender o que cada pessoa hoje passa no corredor de um hospital, com dores intratáveis e crônicas, indo e vindo, retornando inúmeras vezes a diversos centros de tratamento médico e voltando para casa da mesma forma como chegou a esses estabelecimentos, ou seja, com as mesmas dores e o mesmo sofrimento. Espero que eles acompanhem pelo menos um desses pacientes nesses corredores de hospitais para entenderem as dificuldades e o que é sofrer de uma doença, percebendo a cada dia o agravamento dela, sem ninguém ao seu lado para ajudar, enfrentando dificuldades para pagar exames e tratamentos médicos. Muitos pacientes retornam à sua casa porque não têm recurso para pagar o tratamento.

Quando, de alguma forma, com sacrifícios muito maiores, conseguem recursos, eles são imediatamente tratados. Mas, infelizmente, muitos não são tratados porque não conseguem nenhum recurso para financiar a sua saúde. Muitos convivem em casa com essas doenças, que se agravam a cada dia, e muitos morrem até sem o seu tratamento ser iniciado. É isso que venho aqui pedir: que todos nós, principalmente os governos eleitos e a nossa presidenta, tenham sensibilidade para entender essas dificuldades, tenham sensibilidade para entender a dificuldade, meu caro João Leite, do trabalhador braçal da construção civil, que diariamente enfrenta dificuldades, debaixo de um sol escaldante, e, ao final do mês, vê o seu dinheiro sendo consumido pela inflação, ficando cada vez mais endividado a cada mês. São esses trabalhadores que retornam a suas casas e, às vezes, ainda encontram o filho na dependência química, ameaçado pelos narcotraficantes. O trabalhador, hoje, está enfrentando não só os baixos salários, mas também o dia a dia do seu trabalho, a inflação, os juros altos e ainda os serviços públicos de péssima qualidade. Quantas pessoas, hoje, estão aguardando uma internação em sua residência?

Nesse final de semana, João Leite, aconteceu um fato com um paciente que diversas vezes já havia pedido socorro. Já tinha ido, diversas vezes, a centros de saúde, ao Caps AD. A família havia solicitado internação, pois o paciente estava convivendo com transtorno mental, e nada foi feito. Procurou-se até o Ministério Público para que ele pudesse ser internado, ser atendido, mas nada foi feito. E o que aconteceu? Esse paciente andou nu pela cidade o dia todo, foi detido pela polícia, liberado e, à noite, esfaqueou o irmão dentro de casa e acabou ceifando a vida de seu irmão. Já tinha pedido socorro pelo seu transtorno mental. A família estava convivendo com isso há meses, e nada foi feito. Há essas dificuldades que as pessoas enfrentam. Há esse sofrimento diário e cotidiano de que todos somos testemunhas. Nossos governos deveriam ser sensíveis para entender que as pessoas hoje convivem com dificuldades não só financeiras. Quando adocece alguém em sua família, o desespero é imenso.

As pessoas não têm mais tranquilidade, não têm mais paz para viver. São essas as dificuldades do trabalhador, João Leite, que acorda às 4 horas da manhã para entrar no serviço às 7 horas, porque tem de enfrentar três horas de um transporte público caótico, em ônibus superlotados e em metrô que, quando existem, não têm espaço para mais ninguém. Os nossos governos têm de enfrentar esse problema e fazer investimentos, principalmente quando destinados à infraestrutura, que venham a reduzir as desigualdades sociais, as dificuldades da nossa classe pobre, que sofre com moradia de péssima qualidade, transporte público, educação e saúde precários. Essa é a situação com a qual todos nós, brasileiros, somos obrigados a conviver.

São questões como essas que gostaria que a presidenta enfrentasse, como o problema das reformas políticas tão prometidas em campanhas passadas, mas que não foi solucionado. São problemas como esses que o Brasil vê se agravarem a cada dia. E o governo permanece insensível a todo o sofrimento da população brasileira.

Portanto, meu caro deputado João Leite, venho aqui, mais uma vez, agradecer a todos que trabalharam conosco nessas eleições. De modo especial, queria agradecer a Deus e pedir-lhe que me dê coragem, fidelidade, saúde e equilíbrio para que possamos, juntos com todos os deputados eleitos desta Casa, trabalhar cada vez mais com mais seriedade, buscando melhor qualidade de vida para todos os mineiros e mineiras, lutando para que essas pessoas tenham mais vida, com felicidade, liberdade e igualdade.

Meu caro presidente, encerro agradecendo a todos os mineiros e mineiras por me confiarem mais esse voto, por me concederem mais um mandato para trabalharmos nesta Casa. Muito obrigado a todos.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 24/11/2014, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato, relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Cássio Soares

nomeando João Batista da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.



Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.179, de 23/12/1997, e 5.305, de 22/6/2007, e da Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Bruno Fernandes de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria;

nomeando Bruno Fernandes de Souza para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria.



ERRATAS

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 19/11/2014

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 18/11/2014, na pág. 12, no título, onde se lê:

“23ª”, leia-se:

“24ª”.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.183/2013

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 21/11/2014, na pág. 31, no fecho, onde se lê:

“Adalclever Lopes, relator.”, leia-se:

“Adalclever Lopes, presidente e relator – Celinho do Sinttrocel – Gustavo Valadares.”.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.993/2014

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 22/11/2014, na pág. 18, no fecho, onde se lê:

“Celinho do Sinttrocel, relator.”, leia-se:

“Adalclever Lopes, presidente – Celinho do Sinttrocel, relator – Gustavo Valadares.”.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.160/2014

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 22/11/2014, na pág. 14, no fecho, onde se lê:

“Celinho do Sinttrocel, relator.”, leia-se:

“Adalclever Lopes, presidente – Celinho do Sinttrocel, relator – Gustavo Valadares.”.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.279/2014

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 22/11/2014, na pág. 14, no fecho, onde se lê:

“Adalclever Lopes, relator.”, leia-se:

“Adalclever Lopes, presidente e relator – Celinho do Sinttrocel – Gustavo Valadares.”.